

## História de vida: o papel da intérprete na inclusão escolar

MARCELA ARANTES RIBEIRO\*

LUANA ARANTES RIBEIRO\*\*

**Resumo:** A história de vida de um profissional da educação que atua na perspectiva da inclusão escolar do aluno surdo é abordada neste texto a partir de uma discussão teórico-prática da relação do intérprete de Libras, profissional da língua de sinais, no processo ensino-aprendizagem do aluno surdo em inclusão, em uma escola pública do Estado de Rondônia. Para tanto, apresentamos como objetivo principal a análise da importância do intérprete de Libras para inclusão social e educacional pelo ponto de vista do profissional. Os objetivos específicos que nortearam a construção desse trabalho foram: enfatizar a importância do intérprete de libras; interpretar o ponto de vista que a narradora (intérprete de libras) tem da sua participação na vida escolar do surdo; demonstrar a relação do intérprete para o processo de ensino aprendizagem do aluno surdo. A pesquisa foi realizada nos pressupostos teóricos metodológicos da História Oral proposta por Meihy (2005). A partir dos objetivos surgiram como resultados e pontos de análise textual: a comunicação, o ambiente escolar e a avaliação.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Bilíngüe; Escola Inclusiva.

### History of life: the role of the interpreter in school inclusion

**Abstract:** The life history of an education professional who works in the perspective of the school inclusion of the deaf student is approached in this text from a theoretical-practical discussion of the relation of the interpreter of Libras, sign language professional, in the teaching-learning process of the student deaf in inclusion, in a public school in the State of Rondônia. In order to do so, we present as main objective the analysis of the importance of the interpreter of Libras for social and educational inclusion from the point of view of the professional. The specific objectives that guided the construction of this work were: to emphasize the importance of the interpreter of pounds; interpret the point of view that the interviewee (pounds sterling) has of her participation in the school life of the deaf; demonstrate the relationship of the interpreter to the learning process of the deaf student. The research was carried out in the methodological theoretical assumptions of Oral History proposed by Meihy (2005). From the objectives emerged as results and points of textual analysis: communication, the school environment and evaluation.

**Key words:** Inclusive Education; Bilingual; Inclusive School.



\* **MARCELA ARANTES RIBEIRO** é Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia com intercâmbio na UFSC e UFPR; professora em Geografia, História e Artes para alunos do ensino fundamental e médio.



\*\* **LUANA ARANTES RIBEIRO** é Licenciada em Física pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); professora da educação básica.

## Introdução

Nos últimos anos, a discussão sobre Educação Inclusiva tem conduzido a constantes construções e concepções de conceitos e diálogos transversais na Educação de forma geral (ALVES, 2012; ARANHA, 2002; LACERDA, 2006; LIMA, 2006). São várias as discussões, que convergem para o sentido das políticas públicas para inclusão justificadas na premissa da garantia de uma sociedade mais igualitária e que respeite as diversidades socioculturais, sendo a escola um lugar, por excelência, destes processos e práticas que se concretizam nas relações sociais.

Nesse sentido, este texto apresenta uma leitura sobre as experiências profissionais narradas por uma intérprete de libras, profissional da língua de sinais (DECRETO nº 6.949/2009) para inclusão social e educacional do aluno surdo. Para isto, desdobra-se na identificação do envolvimento dessa profissional com esse aluno e com a comunidade surda, a partir a percepção dos processos identitários e do lugar desta profissional na relação ensino aprendizagem do aluno surdo.

Por meio do uso da entrevista como técnica de pesquisa foi possível identificar os elementos que se sobressaíram na fala da intérprete para discutir a relação ensino e inclusão do aluno surdo no ambiente escolar. A entrevista / texto foi construída com base nos procedimentos da História Oral, que permite uma compreensão acerca das experiências de vida desta profissional no ambiente escolar, demonstrando sua fala como essência textual.

Assim, o método para o estudo baseou-se na história de vida (MEIHY, 2005, 1996; MEIHY e HOLANDA, 2007) de uma profissional intérprete de Libras, no município de Porto Velho, o instrumento adotado foi a entrevista. E sua análise foi produzida a partir da discussão relativa a Educação Inclusiva cuja evidência permitiu abordar as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino, e que, a partir das construções discursivas, concluiu-se que há necessidade de confrontar as práticas discriminatórias; criar alternativas para mudar essa concepção, levando a mudança estrutural e cultural da escola.

Um aspecto que pode ser compreendido como emblemático na discussão sobre a inclusão é a garantia de direitos para o aluno em inclusão (WERNECK, 1997). Onde o diálogo abordando as diferenças sociais, culturais e humanas perpassam pela necessidade social de ter meios que ofereçam a inclusão a todos os alunos em todos os níveis de ensino. Em paralelo à demanda por inclusão e garantia de direitos para os surdos, está o surgimento do intérprete em Libras na condição de integrado a este processo, no que tange a linguagem e ao pertencimento do surdo ao direito social, cultural e educacional (DECRETO nº 5626/2005).

O intérprete em libras atua como mediador entre o conhecimento, o aluno surdo e o professor titular da disciplina, por isso sua importância do processo de inclusão tanto educacional como social. Por sua mediação ele torna indispensável a interação pedagógica entre os elementos básicos do processo pedagógico (alunos e professores), envolvendo os conteúdos e a aprendizagem. O intérprete se envolve diretamente na vida do aluno surdo, ao propor, defender e contextualizar um

processo de ensino aprendizagem, por isto, torna-se importante apresentar uma leitura do profissional da Educação, valorizando-o e enfatizando-o no processo de inclusão.

O estudo procurou apresentar e compreender a relação do intérprete de libras com o processo ensino-aprendizagem do aluno surdo a partir da seguinte questão: Qual o lugar do intérprete de libras para o processo ensino aprendizagem do aluno surdo?

Com a pergunta norteadora da pesquisa foram realizadas leituras e estudos interligando inclusão – ensino – história de vida, bem como o desenvolvimento da entrevista aberta com uma intérprete de libras que reside na cidade de Porto Velho / RO. A narrativa-texto produzida evidenciou os aspectos subjetivos das experiências vividas na atuação da intérprete de libras abordando as inter-relações existentes no ambiente escolar, suas visões de mundo e percepções do seu papel como intérprete no âmbito da inclusão ultrapassando os muros da escola perpassando pela discussão do social.

Dessa forma, esse texto tem a pretensão de ampliar a discussão de inclusão pelas percepções de uma intérprete de libras, a fim de possibilitar a abordagem dos aspectos do seu papel na relação com o aluno surdo e o ensino, bem como dar voz e evidência a um profissional importante no ambiente escolar em inclusão. Assim, para construção deste texto abordou-se fragmentos da narrativa que permitiram a interpretação dos percursos das subjetividades singulares que valorizam as percepções individuais narradas dentro do contexto ensino aprendizagem.

## 1. Inclusão

A discussão sobre inclusão envolve a complexidade da sociedade em que vivemos. Assim, há um consenso de que ao pensar na inclusão escolar, deve-se pensar na inclusão social de forma antecipatória, pois essa última contempla a inclusão escolar, dado que a escola é prestadora de serviço à sociedade e, principalmente, formadora de cidadãos. Se faz necessário construir e reconstruir o ensino diante da diferença e a diversidade no ambiente escolar, conforme nos alerta Santos (2010, p. 36) ao admitir que,

[...] a sociedade, através dos processos de reconhecimento de identificação e diferenciação, constrói os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam o dito normal / eficiente e aqueles que representam o dito normal / deficiente.

O autor enfatiza a influência da sociedade na construção das identificações das pessoas a partir do momento de construção do reconhecimento daqueles que fazem parte do grupo social, incluindo ou excluindo pessoas. Portanto, os conceitos de diversidade devem ser discutidos e conduzidos para um trabalho educativo que desenvolva o respeito e valorização do cidadão enquanto parte de uma sociedade plural, com sujeitos distintos, únicos, porém iguais em direitos e oportunidades.

Esta discussão perpassa pelo ambiente escolar, numa perspectiva de escola inclusiva e que reconheça a diversidade. Diante disso, sobre a importância da escola inclusiva Klein (2010, p.15) indica que a posição da aprendizagem também é criada a partir da relação com o espaço escolar em si. Na escola inclusiva trabalha a valorização das

habilidades do aluno diante da construção do conhecimento, considerando as relações interpessoais construídas na sala de aula. Por isso a importância da inclusão social, torna-se também, uma responsabilidade da escola com o ensino e aprendizagem a todos dos alunos.

A discussão sobre Educação Inclusiva tem maior importância a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca<sup>1</sup>. Uma premissa importante no que diz respeito às Escolas, foi de que as crianças com necessidades especiais devem ser incluídas no ensino regular, e, por isso, esse ensino precisa ser planejado com objetivo de atender as necessidades individuais dos alunos.

Ainda considerando: esse documento trouxe para discussão o princípio da inclusão que segundo a Declaração de Salamanca (1994, p. 03), consiste no “reconhecimento de necessidade de se caminhar rumo à escola para todos – um lugar que inclua todos os alunos celebre a diferença, apoie a aprendizagem e responda as necessidades individuais”. Esta declaração reforça o direito à educação de qualidade no âmbito internacional, que considere as características e os interesses de cada aluno, conduzindo para construção de uma proposta de educação para paz, onde sensibilizar os alunos. Para novas formas de convivências baseadas na solidariedade e respeito às diferenças. Valores tais conscientizam os cidadãos dos direitos e deveres sensíveis para rejeitarem a opressão e a violência.

O princípio de que inclusão pressupõe que todas as crianças - com necessidades especiais ou não -

convivendo entre si. Logo, no campo pedagógico, a inclusão integra e socializa a criança (e quaisquer que sejam) possibilitando o desenvolvimento em conjunto, gerando igualdade de oportunidades sustentada pelo respeito às diferenças e diversidade sociocultural. Nesse sentido, Stainback (1999, p. 21) afirma que,

O ensino inclusivo é a prática de todos – independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas.

A ação de educação para a inclusão envolve o trabalho de todos internamente e externamente a escola. Implica envolver-se diretamente com a participação da família no processo de inclusão socioeducacional. A Escola Inclusiva é um dos espaços para construção da cidadania. A família é o primeiro espaço onde a criança constrói em sua vivência valores e a comunidade o outro espaço onde esses valores se desenvolvem. É na escola onde as crianças e os adolescentes começam a conviver em grupo social diversificado, fora do contexto familiar.

O resultado da socialização - interação da família com a comunidade e escola - será uma aproximação da escola com o espaço social onde os alunos vivem e isto se constitui um papel de muita importância para o desenvolvimento da consciência de cidadania e de direitos, uma vez que insere o indivíduo no mundo objetivo da sociedade e garante sua interligação infinita em possibilidades para o sujeito (BEGER e LUCKMANN, 2002, p. 175; MITTLER, 2003, p. 36). Compreende-se então que a inclusão inicia-se com uma mudança na sociedade, percebe-se

<sup>1</sup> Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>

que essa é caracterizada como um processo, uma vez que a inclusão pode ser compreendida como uma conquista social e sendo a sociedade dinâmica está sujeita as constantes alterações.

A Educação deve acompanhar as mudanças incessantes na dinâmica social, por isso para uma escola que entenda a Educação Inclusiva como um princípio, é-lhe exigida uma formação mais ampla de seus profissionais, haja vista que essa nova atuação necessita de um apoio específico, levando em consideração a especificidade de cada aluno, contribuindo para afirmação das diferenças. Isto corresponde a formação de quadros, entre eles os professores e os intérpretes, objetivando a construção de uma escola inclusiva, com aulas que o sejam igualmente, conforme indica Ferreira (2006, p.31) ao afirmar que:

A aula inclusiva visa responder à diversidade de estilos de aprendizagem na sala de aula; então, qualquer ação de desenvolvimento e aperfeiçoamento de práticas de ensino e aprendizagem de professores para a inclusão deve ajudá-los a refletir sobre formas de levantamento de informações sobre seu/sua/s aluno (a)s e planejamento de diversas atividades que abranjam os estilos de aprendizagem individual.

Torna-se possível conduzir o ensino a partir de aula inclusiva embazada nas habilidades que atendam as necessidades de cada aluno. Para tanto o professor fará uso de práticas didáticas que envolvam diretamente o processo de ensino aprendizagem, por isso para a consolidação da educação inclusiva deve haver uma mudança estrutural na Escola, desde capacitação aos professores à mudança de práticas pedagógicas enfocando o respeito à aprendizagem dos alunos.

## 2. A entrevista

A pesquisa foi realizada com a intenção de revelar a relação da intérprete de libras, aqui apresentada como narradora e colaboradora desta pesquisa, com o aluno surdo e o professor titular, favorecendo a análise da importância desse profissional no processo ensino-aprendizagem e, principalmente, no que tange a inclusão sócio-educacional do aluno. A partir da abordagem qualitativa foram realizados levantamentos mais significativos da participação e envolvimento da intérprete no processo de aprendizagem do aluno surdo em inclusão, proporcionando uma visão mais ampla ao profissional da Educação que faz parte do processo de inclusão.

A opção metodológica busca a consolidação da entrada do diálogo metodológico da História Oral na pesquisa em Educação, por possibilitar trazer as ênfases quanto às especificidades e valorização do indivíduo que vivencia o processo investigado (neste caso o ensino-aprendizagem do aluno surdo e o papel desempenhado pelo intérprete), seja este o educando ou o professor. Isto é possível, por compreendermos que o texto narrado e transformado em documento é o material concreto que reflete a realidade da narradora, o vivido por ela e narrado da maneira que desejou, logo, uma realidade que, embora individual, se manifesta no coletivo, uma visão própria da narradora dos lugares e do mundo a sua volta.

Parte-se do princípio que a história de vida pode ser compreendida como um “relato retrospectivo da experiência pessoal de um indivíduo, oral ou escrito, relativo a fatos e acontecimentos que foram significativos e constitutivos de sua experiência vivida”. (CHIZZOTTI, 2014, p. 101). Assim, a coleta de dados

realizou-se por meio de entrevista de forma aberta, em acordo com os pressupostos indicados em Meihy (2005), com uso de gravador, sem limitação de tempo e, conduzida a partir da pergunta de corte: Como é ser intérprete de libras dentro da sala de aula?

A entrevista foi realizada a partir de um convite prévio e explicações para o uso somente acadêmico do material produzido, assegurado o anonimato e, se necessário, garantido uso apenas de suas iniciais, conforme orientado pela proposta metodológica da História Oral. A narradora apresentou desenvoltura ao falar e envolvimento com a temática, situações que favoreceram e enriqueceram as análises dos dados.

Após a entrevista concluída, o tratamento da fala da narradora iniciou-se pela **transcrição** – o primeiro passo da passagem da fala para o escrito onde mantém as palavras exatamente como foram ditas, com erros semânticos, gírias e expressões – em seguida a **textualização** – eliminamos nossa fala e participação, os erros gramaticais e reparamos as palavras sem peso semântico – e por fim a **transcrição** – organizamos a narrativa, colocamos em ordem cronológica dos acontecimentos – obtendo-se o texto que reflete o resultado obtido.

Foi a partir da identificação dos aspectos visíveis e enfatizados pela narradora que se desenvolveu a interpretação do texto, o que foi dito, e tratados no momento da transcrição da entrevista. Perceberam-se as relações existentes explicitamente e implicitamente na entrevista e identifica-se o valor da experiência da narradora, enquanto intérprete de libras, e seu envolvimento no processo de ensino do aluno surdo.

Essa compreensão “depende de uma habilidade para analisar seus modos de expressão, aquilo que chamo de sistemas simbólicos, e o sermos aceitos contribui para o desenvolvimento desta habilidade”. (GEERTZ, 1997, p. 07). Desta forma, identificamos os pontos representativos existentes na relação intérprete/aluno/professor que estão diretamente ligados a Educação Inclusiva e envolvem as experiências vividas no ambiente escolar.

A partir do texto produzido pela fala da intérprete / narradora notou-se que sobressaíram os seguintes pontos: a comunicação; o ambiente escolar; e, a avaliação. Esses elementos foram o recorte de análise desta pesquisa. Vejamos cada uma de acordo com a possibilidade.

**A comunicação:** Esta categoria expressa essencialidade na mediação da aprendizagem do surdo. Para que haja uma Educação Inclusiva para os surdos, enfrenta-se a impossibilidade da leitura labial, bem como, a oralização do surdo. O diálogo é totalmente realizado pela língua de sinais, e normalmente se faz necessário a presença de um (a) intérprete (COSTA, 2010; CAPOVILLA, 2000).

**O ambiente escolar:** A escola é um dos ambientes sociais constituído pela diversidade sociocultural de uma sociedade. Logo, compreende-se que ambientes integrados favorecem o desenvolvimento do aluno dentro da sala de aula (ALVES, 2012; SÁ 2009).

**A avaliação:** A importância de avaliar está na possibilidade que se abre para conhecer e compreender a dinâmica existente entre as variáveis em que o aluno está envolvido, objetivando-se a melhoria das respostas educativas, de modo a que atendam ao compromisso

de desenvolver a cidadania de todos os aprendizes (HOFFMANN, 1991).

A partir da identificação desses pontos na entrevista foi possível abordar a questão sobre a importância da intérprete, tanto para o processo de ensino aprendizagem como para vida do aluno surdo. Assim, estabeleceram-se essas categorias para análises textual, considerando a ênfase dessas categorias da fala na narradora, bem como suas identidades e sua perspectiva no universo das práticas no ambiente escolar e das relações sociais.

### 3. Da discussão à conclusão

A entrevista coletada durante o trabalho possibilitou abordar a Educação Inclusiva, temática que possui bastante atualidade. De acordo com as categorias: comunicação; o ambiente escolar; e, avaliação, passamos a identificar cada aspecto obtido a partir da entrevista com base na história oral, apresentando as marcas teóricas e os achados na entrevista.

#### 4.1 A comunicação

**Pressuposto para análise:** Esta categoria permitiu tratar com ênfase a importância do intérprete tanto no processo de inclusão social como no ensino. Neste sentido Rosa (2005) afirma que esse profissional de ser conhecedor tanto da língua brasileira como da Língua Portuguesa de Sinais, ressalta ainda ser interessante conhecer as vivências da comunidade surda do município, facilitando a comunicação, e, por fim destaca a importância de construir um relacionamento com surdo pautado no respeito e confiança.

**Resultado obtido.** A intérprete compartilha dos requisitos apontado pelo autor no momento que relata,

“precisa ter um vocabulário muito bom, uma aplicação de vocabulário muito bom, uma mobilidade dentro da troca de palavras, pois os surdos não compreendem todas as palavras... são contextualização, então tudo isso é o que faz a comunicação...”

Há necessidade de conhecer as duas línguas envolvidas na comunicação. Isto está confirmado quando a narradora afirma que o intérprete tem que ter domínio léxico para a mobilidade de troca de palavras. Destaca-se a questão da contextualização das palavras. Essa ação é possível a partir do momento que o intérprete é conhecedor das vivências da comunidade surda e do relacionamento cotidiano com esses.

Durante a entrevista a narradora indica situações que facilitam no processo de comunicação e acrescenta a importância do movimento das mãos como uma particularidade do essencial na condução do método de comunicação com o surdo.

“convidada por uma especialista que me falou que eu movia muito com as mãos... visualmente eu teria a técnica para manipular... teria capacidade para fazer e ser intérprete...”

Uma vez que o intérprete utiliza as mãos, os dedos (muitas vezes até os braços) e a expressão facial para comunicação tornam-se fundamental ter movimentos naturais e constantes facilitando o desenvolvimento da técnica de Libras, afinal, como a narradora enfatiza,

“O intérprete é o único vínculo de comunicação entre o professor titular e o aluno surdo... o papel do intérprete é tanto comunicar... canal de comunicação...”

Por isso, a importância do movimento das mãos na comunicação, uma vez que o intérprete é o caminho de diálogo entre o professor titular e o aluno surdo em sala de aula. Esse diálogo construído de forma participativa entre os três sujeitos envolvidos no processo do ensino aprendizagem proporcionará a inclusão tanto educacional como social do surdo.

#### 4.2 O ambiente escolar

**Pressuposto para análise:** A escola é um dos ambientes sociais constituído pela diversidade sociocultural de uma sociedade. Logo, dentro da sala de aula o professor se depara diariamente com a diversidade. Diante disso, e considerando a inclusão, Sá (2009, p. 45) afirma que, “o reconhecimento da diferença é o primeiro passo para a integração do surdo na comunidade ouvinte que o circunda”.

**Resultado obtido.** O papel do intérprete diante do ambiente escolar, segundo nossa narradora, ultrapassa o de comunicação e se caracteriza

“também [na função] de orientar o professor titular...”

Ela enfatiza que o papel do intérprete no ambiente escolar,

“[...] tem que fazer o canal de comunicação e tradução... tradução e interpretação... tradução é: da língua portuguesa para a LIBRAS e a fala dele que é a voz do surdo quando ele tiver uma dúvida... tiver uma opinião a dar para o Professor e para os outros alunos ... nesse contexto educacional o intérprete e o surdo são professor e aluno... é um só... professor e aluno... verdadeiramente ele é o professor...”

O papel do intérprete, na concepção da narradora, é de aluno e professor, a

partir do momento que compreendemos a libras como uma língua, logo, o intérprete, para a narradora, apresenta o papel social do professor, pois no instante que a aula está sendo ministrada por outro profissional da educação o intérprete se torna verdadeiramente professor do aluno surdo, uma vez que, na maioria das vezes, o professor titular desconhece o ensinamento por meio da comunicação com as mãos.

Nesse contexto educacional parafraseamos a situação narrada com Pires (2005, p. 45) temos a escola como materialização de uma,

política educacional comporta, pois, além de diretrizes, normas, obrigatoriedade em certos níveis, definição e criação de condições de acesso, mecanismos de controle e certificação.

Percebemos que as relações e ações no ambiente escolar ultrapassam os limites burocráticos envolvidos nas diretrizes pedagógicas e normais obrigatórias, sendo necessária a execução dessas normatizações legais. Nesse sentido, temos as condições de acesso a todos os alunos à escola, por isso, a presença fundamental do intérprete no ambiente escolar.

Identificamos a questão da educação para todos na fala da narradora quando comenta sobre a inclusão,

“a inclusão é mais fácil no 2º ciclo... no médio não... o aprendizado tem que ser feito, se ele não for feito em uma sala bilíngue, ele não irá aprender, ele será passado, logo, o aprendizado não é feito”.

Diante da fala, percebemos que a inclusão escolar ainda está em construção, onde podemos identificar os enfrentamentos e dificuldades, bem

como propor soluções. Considerando a experiência de vida da narradora, percebemos que no ciclo do ensino fundamental existe maior facilidade de inclusão, principalmente se ocorrer em uma escola bilíngue.

### 4.3 A avaliação

**Pressuposto para análise:** Dentre as formas de avaliar, a característica da avaliação mediadora se sobressai porque nesta os professores devem aprender a interpretar processos contínuos, em vez de esperar para avaliar apenas resultados (HOFFMANN, 1991). Do mesmo modo, o papel do educador deve incluir a compreensão do aluno como produtor de seu conhecimento.

**Resultado obtido.** No processo educacional, o professor, as dificuldades, e os meios de avaliação para alunos em inclusão é um item a ser destacado. Conforme relata a narradora,

“A maior dificuldade não é o elo de comunicação com o intérprete e sim com o Professor ou com o sistema educacional... sala de aula... sistema avaliativo... material pedagógico... tudo isso não confere com as necessidades do surdo... não confere com nada... não confere com a linguagem... com a cultura em com o nível de aprendizado do surdo...”.

Diante disto, a avaliação deve ser repensada. Identificamos que ainda há predominância do conservadorismo uma vez que ainda temos escolas que reproduzem o modelo de avaliação classificatória, mantendo o poder decisório sem questionamento sobre quais são argumentos sobre os quais os professores fundamentam as suas decisões.

Como exemplo dessa dificuldade relacionada com a avaliação classificatória, em detrimento da mediadora, a narradora expõe que,

“o surdo não conseguiria ler uma prova de ENEM em 4 horas, ele não conseguiria visualizar o intérprete em 4 horas, compreender e responder só 4 horas...”.

Portanto, a avaliação deve ser orientada de acordo com as potencialidades e os conhecimentos adquiridos por eles e o professor deve ser capaz de avaliar a construção do conhecimento de seus alunos. Mais do que conhecer o potencial de seu aluno, o professor deve identificar formas de avaliá-lo, descobrindo quais são suas habilidades e dificuldades, identificando na sua didática as respostas que o aluno pode apresentar durante o processo de avaliação.

A ideia apenas da realização de provas como método de avaliar o aluno, e principalmente do aluno em inclusão, é substituída por práticas contínuas de observações. Cada indivíduo/aluno apresentará suas necessidades e dificuldades e cabe ao professor identificá-las e analisar a melhor forma de fazer com que o aluno consiga assimilar o que está sendo proposto em sala de aula.

### 4. Considerações finais

As atividades desenvolvidas pelos alunos em inclusão podem e devem ser adaptadas, repercutindo na adaptação do próprio currículo. No universo da inclusão, temos o intérprete de libras como mediador da formação do conhecimento do aluno surdo em sala de aula. Esse profissional da educação é fundamental para acompanhar o desenvolvimento e o processo de aprendizagem do aluno em inclusão.

Esse trabalho dever ser contínuo tanto dos educadores como de todas as pessoas envolvidos no ambiente escolar.

A escola ao trabalhar a diversidade, que faz parte dos espaços escolares, proporciona, a partir dela, um instrumento de transformação social, de busca da valorização da diferença e da singularidade de cada sujeito, viabiliza a inclusão social dos sujeitos e a superação das desigualdades humanas, a partir da inclusão escolar.

Considerando a discussão sobre inclusão escolar, ressalta-se a importância de todo o corpo docente se envolver nas atividades extraclasses e desenvolver a discussão sobre a inclusão e diversidade associada aos conteúdos de suas disciplinas.

Defendemos ainda a formação continuada dos profissionais da educação de forma a garantir a promoção e incremento de ações que possibilitem bases conceituais históricas, culturais e pedagógicas que sustentem um trabalho coerente voltado ao conhecimento da diversidade com o acolhimento de todos, em um processo de inclusão sócio educacional dos alunos surdos.

Diante da discussão proposta, este trabalho apresenta possibilidade de continuidade e múltiplas interpretações, demonstra a importância do intérprete para o processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo. Pois, ao discutir conceito de diversidade e inclusão e ao apresentar a visão de um intérprete que discute sobre o tema na escola e no contexto de sala de aula favorece a percepção mesmo sendo diferentes uns dos outros, cada um possui características e qualidades importantes e singulares, as quais nos tornam únicos e, por isso, dignos de sermos

respeitados e valorizados mantendo nossos direitos e deveres enquanto cidadão parte de uma sociedade.

Percebe-se a importância de encontrar alternativa para oportunizar a todos de forma igual, por isso a importância do professor como mediador desse processo de ensino-aprendizagem, introduzindo formas de estimular os alunos no seu desenvolvimento. É necessário observá-los em sala de aula e trabalhar as potencialidades de cada um, identificando as necessidades educacionais e especiais apresentadas por eles.

#### Referências

- ARANHA, M. S. F. **Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica.** Temas em Psicologia, v. 2, p. 63-70, 2002.
- ALVES, F. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio.** 5ª Edição. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.
- BERGE, P. L. e LUCKMANN, T. **A construção social da realidade.** Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 21ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRASIL. **DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial, Brasília, DF, 23 dez. 2005, p. 28. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: 06 jun. 2018.
- BRASIL, **DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/8/2009, Página 3. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/d6949.htm). Acesso em: 20 dez. 2018.
- CAPOVILLA, F. C. **Filosofias educacionais em relação ao surdo: do oralismo a**

**comunicação total ao bilinguismo.** Revista Brasileira de Educação Especial. V. 6, n. 1. 2000. Disponível em:

[http://www.abpee.net/homepageabpee04\\_06/artigos\\_em\\_pdf/revista6numero1pdf/r6\\_art06.pdf](http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista6numero1pdf/r6_art06.pdf)

Acesso em: 18 jul 2018.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** 6ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2014.

COSTA, P. R. **Mulher surda: Lutas e Trajetória.** Fazendo Gênero. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 2010. Disponível em:

[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278294720\\_ARQUIVO\\_mulhersurdalutasetrajetoria.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278294720_ARQUIVO_mulhersurdalutasetrajetoria.pdf) Acesso em: 14 jul 2018.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais - Acesso e qualidade. Brasília: CORDE, 1994.

FERREIRA, W. B. **Inclusão x Exclusão no Brasil:** reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. RODRIGUES, D. (org.). Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas.** São Paulo, Copgright, 1989

HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio** - - uma perspectiva construtivista. Educação e Realidade, Porto Alegre, 1991.

KLEIN, R. R.. **A escola inclusiva e alguns desdobramentos curriculares.** In: KLEIN, R. R. (org.). Inclusão Escolar: implicações para o currículo. Coleção docentes em formação. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 11-28.

LACERDA, C.B.F. **A inclusão escolar de alunos surdos:** o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Cadernos Cedes. Campinas (SP), v. 26, n. 69, p. 163-184, mai./ago. 2006.

LIMA, D. M. C. de A. e outros (Orgs.). **Surdez: dificuldades de comunicação e sinalização.** Série: Saberes e Práticas da Inclusão / Educação Infantil – 7. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral.** 5ª Edição. São Paulo, Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. **História Oral:** Um Locus Disciplinar Federativo. (org.). (Re)Introduzindo História Oral no Brasil. Xamã, São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MITTLER, P.. **Educação Inclusiva.** Contextos Sociais. São Paulo: Artemed,2003.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de Metodologia Científica:** projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

PIRES, V. **Economia da educação:** para além do capital humano. São Paulo: Cortez, 2005.

ROSA, A.M. (Res) **significando a questão da linguagem no trabalho com a criança surda.** São Paulo: Editora Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2005.

REDONDO, M. C. da F. **Deficiência auditiva** – Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000.

SÁ, N. R. L. de. **Cultura, Poder e Educação de Surdos.** São Paulo: Paulinas, (2009).

SANTOS, I. M. dos. **O “direito de ser diferente” um debate para (re)pensar a inclusão escolar.** In: KLEIN, R. R. (org.). Inclusão Escolar: implicações para o currículo. Coleção docentes em formação. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 29-50.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores.** Trad. Magda França Lopes, Porto Alegre: Artemed, Rio Grande do Sul, 1999.

WERNECK, C.. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: ED. W.V.A, 1997.

Recebido em 2019-01-12

Publicado em 2019-04-27